



TAIWAN

Fotos: Ministério da Defesa da China



Caminhões com equipamentos militares se movem perto do Estreito de Taiwan



Pequim também acionou a força naval para patrulhar o Mar do Sul da China



Bombardeiros e caças realizaram novas incursões ao redor da ilha capitalista

Peter Parks/AFP



Manifestantes rasgam bandeira americana diante do Consulado dos EUA, em Hong Kong

Recado por meio de armas

Em resposta à visita de Nancy Pelosi à ilha, China inicia testes militares sem precedentes, com disparos reais. Presidente da Câmara dos Estados Unidos deixa Taipei e cita "amizade duradoura". Especialistas veem tentativa de bloqueio sociopolítico

» RODRIGO CRAVEIRO

Gabinete Presidencial de Taiwan/AFP



Nancy Pelosi (E) com a presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen: demonstração de apoio e de amizade dos Estados Unidos

Após deixar Taiwan, na noite de ontem, e encerrar uma visita que durou menos de 24 horas, a presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos afirmou que a China "não pode impedir líderes mundiais ou qualquer pessoa de viajarem a Taiwan para homenagear sua democracia viçosa, para destacar seus muitos sucessos e para reafirmar nossos compromissos com a colaboração contínua". Horas depois da partida de Pelosi, o governo do presidente chinês, Xi Jinping, ordenou que se iniciasse hoje uma série sem precedentes de testes militares com disparos reais ao longo da costa taiwanesa. Desde a terça-feira, 27 caças e bombardeiros da China invadiram a zona de defesa aérea de Taiwan.

O teatro bélico parece não intimidar os taiwaneses. "Ante as crescentes e deliberadas ameaças militares, Taiwan não recuará. (...) Vamos manter a linha de defesa da democracia", anunciou a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, que se reuniu com Pelosi, pela manhã. Durante o encontro com a anfitriã, Pelosi reafirmou a aliança entre Washington e Taipei. "Nossa delegação chegou a Taiwan para deixar claro, de forma inequívoca, que não abandonaremos nosso compromisso com Taiwan e que estamos orgulhosos de nossa amizade duradoura", declarou a congressista de 82 anos.

Hua Chunying, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, defendeu os testes militares como "uma medida necessária e legítima para responder às graves provocações de alguns políticos americanos e dos independentistas taiwaneses". Jin Hongjun (leia Duas perguntas para), encarregado de negócios da Embaixada da China no Brasil, admitiu ao **Correio** que as simulações de guerra são "um direito devido de qualquer país soberano do mundo". "As ações militares tomadas pela China mostram a seriedade com a qual

tratamos do assunto, e evidenciam a nossa firme determinação e plena capacidade de combater, de forma resoluta, as forças separatistas de Taiwan. Como disse Confúcio há mais de 2.500 anos, as palavras devem ser honradas e as ações devem ser resolutas. A China já deixou claro que tomará uma série de contramedidas, e faremos o que dissermos."

Diretor do Programa de Estudos sobre Segurança do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), M. Taylor Fravel explicou ao **Correio** que as manobras militares chinesas visam simular como a China pode impor um bloqueio a Taiwan. "As áreas de realização de testes bélicos visam os principais portos de Taiwan. O que a China aprender durante as simulações poderia ajudá-la a melhor se preparar para uma invasão, mas não vejo esse cenário

como provável a curto prazo", comentou. Na opinião dele, Pequim preferiria obter a unificação de Taiwan por meio da negociação — a chamada "unificação pacífica". "Impedir a independência taiwanesa e limitar o apoio dos EUA à ilha, assim como apostar em exibições militares, são elementos vistos como um avanço na unificação pacífica", observou.

Provocação

Bonnie Glaser, diretora do Programa Ásia do think tank German Marshall Fund of the United States (em Washington), concorda com Fravel. "Os exercícios militares, especialmente as zonas de fechamento próximas ao aeroporto internacional de Taiwan e aos seus dois portos, parecem ter a intenção de alertar que o Exército de Libertação Popular tem a capacidade

de impor um bloqueio", disse à reportagem. Ela lembra que os chineses têm preparado uma invasão a Taiwan há muito tempo. "Vejo as manobras bélicas como provocativas e escandalosas. Não acho que Xi Jinping tenha tomado a decisão de invadir a ilha. Mas, caso se convença de que Taiwan declarará independência, com o apoio dos EUA, acredito que ele o faria. Ainda não chegamos a esse ponto."

Para o taiwanês Kuo Yujen, professor do Instituto de Estudos da China e da Ásia-Pacífico pela Universidade Nacional Suan Yat-sen (em Taipei), a China busca criar um caos político-econômico em Taiwan, e não uma invasão militar direta, como retaliação à visita de Pelosi. "O semibloqueio afeta o porto de Kaohsiung e o Estreito de Bashi, importante via de comunicação marítima. A China deverá anunciar mais três dias de testes

militares e prolongar o prazo por todo o mês", afirmou ao **Correio**.

Por sua vez, a húngara Zsuzsa Anna Ferenczy — professora da Universidade Nacional Dong Hwa, em Hualien (Taiwan) — aposta que Xi Jinping dobrará todas as atividades coercitivas sobre Taiwan, mas evitará um conflito militar. Ela entende que um conflito cinético não interessa à China. "Pequim precisa de estabilidade na região, algo indispensável na busca de sua trajetória de desenvolvimento, a fim de afirmar seu poder domesticamente e projetar sua influência lá fora", avaliou, por e-mail. Segundo a estudiosa, um ambiente estável é particularmente importante para o líder chinês, que enfrentará o Congresso do Partido Comunista Chinês (PCC) e deverá ser reconduzido a um terceiro mandato. "Nesse sentido, proteger a legitimidade do PCC é prioridade para Xi."

Duas perguntas para

Embaixada da China



JIN HONGJUN, encarregado de negócios da Embaixada da China em Brasília

Por que a visita de Pelosi representou uma ameaça à China?

Existe uma só China no mundo. Taiwan faz parte inalienável do território chinês, e o governo da República Popular da China é o único governo legítimo que representa toda a China. Isso é explicitamente reconhecido pela Resolução 2758 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ao todo, 181 países, inclusive os EUA, se comprometem a reconhecer e a respeitar rigorosamente o princípio de "Uma Só China". Tal princípio é o núcleo dos interesses fundamentais da China e uma linha vermelha que jamais permitiremos ser cruzada. A visita de Pelosi a Taiwan constitui grave provocação política e viola severamente o princípio de "Uma Só China", infringindo seriamente a nossa soberania e a integridade territorial, além de dar um sinal totalmente equivocado às forças separatistas de Taiwan para que busquem a chamada "independência".

Pelosi disse que a visita a Taiwan mostrou o forte compromisso com a autodeterminação da ilha. Como o senhor vê isso?

Trata-se de uma mentira escancarada, que evidencia o egoísmo e a hipocrisia de alguns políticos dos Estados Unidos. Em que momento os EUA realmente se importaram com a democracia em outros países? O que temos visto é que os EUA vêm interferindo sem cessar nos assuntos internos de outros países. (RC)

ESTADOS UNIDOS

Biden assina decreto para facilitar acesso ao aborto

A reação de Jae Moyer, presidente do caucus LGBTQIA+ do Partido Democrata do Kansas, traduziu o sentimento de vários ativistas pró-escolha nos Estados Unidos. Com o braço direito erguido, Jae pulou e deu um grito, enquanto a amiga, Allie Utley, chorava ao seu lado. O estado do Kansas, no meio-oeste dos EUA, rejeitou uma emenda conhecida como 'Vale them both' (Valorize os dois), que acabaria com o direito constitucional ao aborto. "Fiquei em choque, mas muito satisfeito e eufórico. Kansas é historicamente mais conservador. O fato de os cidadãos do Kansas votarem para proteger a saúde reprodutiva da mulher, de forma esmagadora, me enche de orgulho", afirmou ao **Correio**,

desde Overland Park, Moyer, que se declara não-binário. Horas depois, politicamente fortalecido pelo resultado do referendo no Kansas, o presidente dos EUA, Joe Biden, assinou um novo decreto que facilita o acesso ao aborto.

A ordem executiva firmada pelo decreto ordena ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos (HHS) que trabalhe com os Estados para usar isenções do seguro-saúde de Medicaid a fim de pagar as despesas de mulheres que atravessarem as fronteiras estaduais para abortarem. Em 24 de junho, a Suprema Corte anulou a sentença "Roe v. Wade", de 1973, e retirou de milhões de norte-americanas a prerrogativa de escolherem

Dave Kaup/AFP



Allie Utley e Jae Moyer (D), ambas pró-aborto, celebram escolha do Kansas

pela interrupção da gravidez. "Com a rejeição à emenda, no Kansas, e o decreto de Biden, as mulheres de meu estado poderão ter o aborto aqui mesmo, economizando acesso à saúde reprodutiva. O decreto do presidente faz enorme diferença, e poderá salvar as vidas de muitas pessoas que precisam do acesso ao aborto", disse Moyer.

Durante a cerimônia de assinatura do decreto, Biden ressaltou que "a luta não acabou". "Vimos isso no Kansas. Mulheres e homens exerceram seu poder eleitoral e político. Com uma participação recorde, os eleitores do Kansas derrotaram uma iniciativa para remover da constituição do estado o direito ao aborto",

afirmou o presidente. Ele explicou que a nova ordem executiva garante que os profissionais de saúde obedeçam à lei federal e que as mulheres não enfrentem atrasos ou recusas no acesso à interrupção da gestação.

Biden instou o Congresso a tornar lei as proteções asseguradas pela sentença "Roe v. Wade". "Se o Congresso não agir, o povo deste país precisará eleger senadores e deputados que restituirão Roe e protegerão os direitos à privacidade, à liberdade e à igualdade", observou. Para Moyer, o aborto não é um tema liberal ou conservador. "Nós, do Kansas, mostramos aos nossos legisladores radicais de um Estado republicano que desejamos o aborto legalizado aqui." (RC)